

Brasil, um país em disputa: entre avanço civilizatório e violentas violações de direitos humanos



A eleição, posse e compromissos firmados com o campo dos direitos humanos nos primeiros meses de 2023 pela nova gestão de governo, sob comando de Luis Inácio Lula da Silva, trouxe esperança para defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil. Especialmente porque o país viveu um avassalador retrocesso nos últimos anos, em especial, pela articulada política denunciada internacionalmente de desmonte de órgãos, programas para sociais e instâncias de participação popular durante o governo de Jair Bolsonaro (PL)

A criação do Ministério dos Povos Indígenas, o desenvolvimento de nova etapa do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, a retomada do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o reestabelecimento de conselhos com

participação da sociedade civil – como o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais – entre outras medidas configuram-se como importantes sinalizações de compromisso do novo governo com os direitos humanos.

No entanto, o terreno para garantia dos direitos e superação das desigualdades sociais encontra-se árido: tanto pelas violentas respostas que tem sido dadas por grupos conversadores dentro dos territórios em face de qualquer tentativa de avanço, como pela forte presença de setores conversadores nos poderes instituídos, com destaque para o Poder Legislativa.

Neste material trazemos um quadro de como tem sido complexa a luta e defesa dos direitos humanos no Brasil.

LEGISLATIVO FEDERAL PERPETUA A AGENDA ANTI-DIREITOS

Apesar da mudança de rumos no poder executivo nacional, o legislativo federal tem dado continuidade à agenda anti-direitos implementada pelo governo anterior e que foi amplamente denunciada perante a comunidade internacional. Isso se deve a uma configuração majoritária de parlamentares eleitos em 2022 alinhados às pautas do agronegócio, mineração, armamentista, entre outros, no exercício da legislatura em causa própria.

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), articulação do agronegócio no legislativo federal, cresceu em 24% na Câmara dos Deputados e 20% no Senado em relação à legislatura anterior (Levantamento De Olho no Ruralista). Com isso, segue como maior bancada nas duas casas legislativas – totalizando 300 dos 513 deputados, e 47 dos 81 senadores. Com sete deputados e senadores, a bancada indígena eleita no último pleito - a maior da história - busca resistir à uma agenda anti-indígena e anti-ambiental.



Aqui listamos alguns projetos de lei que, caso aprovados, configuram-se como fortes ameaças aos direitos humanos.



Projeto de Lei 2.903/2023 - Uso e demarcação de territórios indígenas

*Renome do Projeto 490/2007

Status: Em tramitação no Senado Federal

Proposta legislativa transfere do Executivo para o Legislativo federal a competência para realizar demarcações de terras indígenas e estabelece a tese do “marco temporal”, no qual determina que só devem ser reconhecidas as terras que estavam habitadas por indígenas na data da promulgação da Constituição Federal, dia 05 de novembro de 1988. Se aplicada aos processos de demarcação indígena, a tese impedirá o reconhecimento dos territórios dos povos que resistiram ao extermínio e expulsão de suas terras. Com apoio dos parlamentares ruralistas, o projeto de lei tramitou em regime de urgência na Câmara dos Deputados e foi aprovado em maio deste ano.



Projeto de Lei 1459/2022 - Regulamentação dos agrotóxicos

*Renome do Projeto 6.299/2002

Status: Em tramitação no Senado

Conhecido como “Pacote do Veneno”, o Projeto de Lei foi aprovado – em regime de urgência - pela Câmara dos Deputados no fim de 2022 e encaminhado para o Senado Federal. Caso aprovado, a proposta legislativa deve flexibilizar a liberação, registro, fiscalização e usos de agrotóxicos. Movimentos e organizações reivindicam que a proposta seja apreciada em comissões de Assuntos Sociais, Meio Ambiente e Direitos Humanos.



Projeto de Decreto Legislativo 177/2021 - Denúncia sobre a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Status: Em tramitação na Câmara Federal

A proposta pretende desobrigar o Brasil do cumprimento à Convenção 169 da OIT que garante aos Indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais o direito de autodeterminação sobre suas próprias vidas e territórios, entre outros direitos.

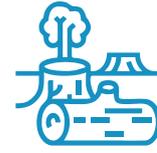
Instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito contra o Movimento dos Trabalhadoras Rurais Sem-Terra

Como ação para fragilizar a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga os atos antidemocráticos de 08 de janeiro (quando a sede dos 3 poderes da República em Brasília foram invadidas e depredadas) foi instaurado em março a CPI para investigar o maior movimento social do Brasil e América Latina. Com relatoria do deputado federal Ricardo Salles (PL-SP) e ex-ministro do Meio Ambiente no Governo de Jair Bolsonaro (PL), a instauração não possui justificativa fundamentada, como determina o regimento interno da casa legislativa, e é nítida ação de criminalização da luta popular.



VIOLÊNCIA NOS TERRITÓRIOS

Com anúncios nas primeiras semanas do novo governo de relançamento do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), menor tolerância ao garimpo ilegal e maior rigidez na aplicação de multas ambientais – além da criação do Ministério dos Povos Indígenas e recriação do Desenvolvimento Agrário, a resposta nos territórios foi de intensificação da violência e exploração socioambiental. Março de 2023 registrou um salto de 180% de área desmatada na Amazônia Legal, em relação ao mesmo mês do ano anterior. Foram 344 km², o que corresponde a destruição diária de quase mil campos de futebol de vegetação nativa (Dados Imazon).



344 km²
desmatados
em março/2023



Destruição diária
de 1000 campos
de futebol de
mata nativa

CONFLITOS RURAIS

Dentro dos territórios, outra resposta às sinalizações de avanço nas políticas indígenas, quilombolas, para o campesinato e ambientais, foi um conjunto de ações de milícias, fazendeiros e outros grupos armados. Em março um grupo armado ameaçou as 170 famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupantes da fazenda Recreio, em Maracajuba (BA). Em maio ruralistas expuseram faixas de ataque ao MST na 51ª Exposição Agropecuária do município de Itapetinga, na Bahia. No mesmo mês 20 famílias avá-guaranis da tekoha (aldeia) Pyahu, localizada no município de Santa Helena (PR) foram ameaçadas de por um fazendeiro local. Ele declarou que iria fechar a única estrada que liga a aldeia à cidade.

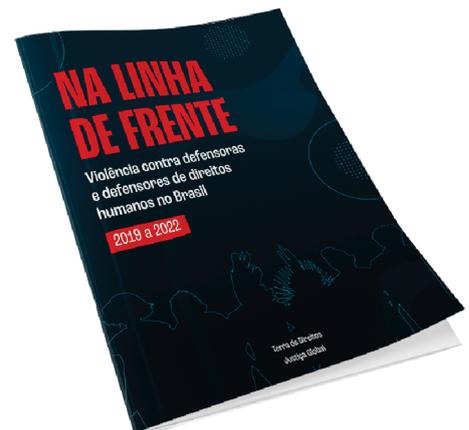
As ameaças também se voltam contra parlamentares alinhados aos direitos humanos. Em fevereiro o deputado federal Guilherme Boulos (PSOL), foi ameaçado de morte por um fazendeiro Rodolpho Leite. Em post no perfil pessoal no Instagram Leite disse que estava "doido" para dar um tiro na "cara de pau" do parlamentar.



Ruralistas expuseram faixas de ataque ao MST na 51ª Exposição Agropecuária do município de Itapetinga, na Bahia

VIOLÊNCIA CONTRA DEFENSORAS E DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

A violência contra defensoras e defensores de direitos humanos é uma realidade instalada no Brasil. Fortalecida pela gestão de Jair Bolsonaro (2019-2022), o quadro de assassinatos, atentados, ameaças, agressões físicas e outras ações, é alarmante. A recente pesquisa realizada pela Terra de Direitos e Justiça Global ***Linha de Frente: violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil*** mostra o acirramento de conflitos territoriais e ambientais no país, com casos registrados em todos os estados brasileiros.



Download da pesquisa
Linha de Frente: violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil



Assassinato:

169



Atentado:

197



Ameaça:

579

JUDICIÁRIO

Outra esfera de disputa por diferentes frentes tem sido o judiciário. A retomada do julgamento da tese do “marco temporal” pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em junho, revela como este poder tem sido também de incidência por setores anti-direitos. Mais de 130 entidades ruralistas ingressaram com pedido de participação no julgamento na condição de *amicus curiae* (amigos da Corte). A forte presença dos ruralistas na ação evidencia como este setor entende o Judiciário como espaço de incidência em favor dos seus interesses. Com pedido de vista do ministro Andre Mendonça, o julgamento foi suspenso e deverá ser retomado, no máximo, no prazo de 90 dias.

Numa publicação produzida pela Terra de Direitos e pelo Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA) reúne os 10 principais argumentos jurídicos defendidos pelos ruralistas no âmbito do marco temporal, apresentados pelas entidades nos pedidos de *amicus*. Esse material mostra de que forma que os pontos defendidos pelo agronegócio violam uma série de direitos originários dos povos indígenas e contrariam o que estabelece a Constituição Federal, Tratados Internacionais de Direitos Humanos e mesmo decisões anteriores do Supremo Tribunal Federal.



Foto: Sofia Lisboa / Mídia Ninja



Download da publicação
*Justiça e o Marco Temporal
de 1988: As teses jurídicas
em disputa no STF sobre
terras indígenas*



Realização: Terra de Direitos

Tradução: Diego Matkzin

Projeto gráfico: Sintática Comunicação

Contato: camila@terradedireitos.org.br



Terra de
Direitos

www.terradedireitos.org.br